

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: O IMPACTO DA FORMAÇÃO CONTINUADA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Luciana Vendramel de Oliveira ¹

RESUMO

No início de 2024, a Secretaria Municipal de Educação (SME) de Campinas estabeleceu a educação antirracista como eixo central do trabalho pedagógico da rede municipal de ensino, alinhando-se às Leis 10.639/03 e 11.645/08. Neste contexto, este estudo analisa as contribuições da formação continuada para a implementação de práticas pedagógicas antirracistas em um Centro de Educação Infantil vinculado à SME, a partir da experiência de professores que atuam nesta unidade educacional. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com base na escuta de relatos docentes sobre suas práticas antes e depois das ações formativas. O referencial teórico-metodológico fundamenta-se no conceito de racismo estrutural e na importância da educação na construção de uma sociedade mais equitativa. Os resultados evidenciam que as formações oferecidas pela SME, especialmente as promovidas pelo Programa Memória e Identidade, Promoção da Igualdade na Diversidade (MIPID), têm sido um fator de engajamento para a abordagem das questões étnico-raciais em sala de aula. Além disso, verificou-se que o trabalho com a identidade racial das crianças passou a ocorrer de forma mais contínua, não restrita ao mês da Consciência Negra. Os professores participantes destacam desafios, como a falta de aporte nos cursos de licenciatura, o que resulta em equipes menos preparadas para abordar o tema. Além disso, apontam a necessidade de aprofundar as discussões para evitar abordagens superficiais ou repetitivas e, assim, ampliar o impacto das formações. Conclui-se que antes de participar de formação sobre as relações étnico-raciais, o trabalho dos professores neste campo temático era esparso e pouco estruturado, e a participação e curso e palestras focados nesta temática contribuíram significativamente para a transformação das práticas pedagógicas voltadas para a educação antirracista.

Palavras-chave: Educação antirracista, Formação continuada, Campinas, Relações étnico-raciais.

¹ Mestrado em Educação Escolar pela Faculdade de Educação da Unicamp (2021). Possui Graduação em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP/Assis (2002), Graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário de Araras Dr. Edmundo Ulson (2010), Especialização em Língua Portuguesa pela Unicamp (2011). Atuou como professora de Língua Portuguesa para Ensino Fundamental, Médio e EJA. Atuou como Orientadora Pedagógica na Educação Infantil, no Ensino Fundamental II e EJA, e, atualmente é Supervisora Educacional na Educação Infantil da Rede Municipal de Campinas. luciana.vendramel@educa.campinas.sp.gov.br



INTRODUÇÃO

No início do ano letivo de 2024, a Secretaria Municipal de Educação de Campinas, por meio do Departamento Pedagógico (DEPE), indicou a Educação Antirracista como eixo central do trabalho pedagógico para toda a rede de ensino. Alinhada às Leis Federais nº 10.639/03 e nº 11.645/08, que tornam obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo oficial, a iniciativa se mostrou inusitada, não pelo tema, mas por ser a primeira vez que a SME define um eixo temático único e orientador para toda a rede municipal.

Os temas relacionados à educação antirracista, à inclusão e às relações étnico-raciais já vêm sendo tratados pela SME há mais de vinte anos. Um dos marcos desse percurso é a criação do Programa Memória e Identidade: Promoção da Igualdade na Diversidade (MIPID), instituído em 2004 como política pública voltada à valorização da diversidade cultural e ao combate ao racismo. Segundo o portal da Secretaria Municipal de Educação de Campinas:

O Programa Memória e Identidade, Promoção da Igualdade na Diversidade (MIPID) foi criado através da Resolução SME/FUMEC nº 03/2004 e revitalizado em 2015 (Resolução SME/FUMEC nº 10/2015), em conformidade com as leis 10.639/03 e 11.645/08, que alteram o artigo 26 da Lei 9394/96 e determinam a obrigatoriedade do estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos estabelecimentos públicos e privados. O Programa MIPID foi desenvolvido como proposta de implantação de política pública com o objetivo de pautar e discutir tanto ações afirmativas de reconhecimento e valorização da cultura multicultural e pluriétnica, como ações de combate às discriminações étnico-raciais. (CAMPINAS, [s.d.], on-line).

Em consonância, França (2025, p. 41) observa que o programa nasceu de uma proposta da SME “em diálogo com o Movimento Negro, tendo como foco a formação de professores e a implementação da Lei 10.639/03, como ação afirmativa de valorização da diversidade e combate ao racismo”.

A iniciativa de instituir este como tema único para toda a rede no ano de 2024, nos remete portanto, à ideia de que apesar de haver um trabalho de mais de duas décadas, o combate ao racismo ainda não está, de fato, consolidado nas práticas escolares da rede municipal.

O Comunicado DEPE nº 02/2024, emitido em 26 de janeiro de 2024, orientava que o eixo “Educação Antirracista” fosse abordado logo na primeira Reunião



Pedagógica (RPAI) do ano letivo (CAMPINAS, 2024). O tema foi bem acolhido pela equipe de profissionais da unidade educacional locus da pesquisa, que já possuía um histórico de formações e ações voltadas às questões étnico-raciais, desde 2020, têm sido promovidas diversas formações internas e externas, como as oferecidas pelo MIPID. Além disso, a equipe gestora mantém a prática de indicar textos, eventos e cursos relacionados à temática, e que frequentemente são trazidos para discussão nos tempos coletivos de trabalho, fortalecendo o compromisso institucional com uma educação antirracista.

Para além da indicação institucional, nasce da experiência empírica a percepção de que o trabalho com as questões étnico-raciais na UE é necessário, visto que ainda não são recorrentes as práticas pedagógicas acerca da temática, principalmente entre as crianças bem pequena e bebês. Além disso, a partir da premissa de que todos nós fomos constituídos por uma sociedade marcada pelo que hoje compreendemos como racismo estrutural, efetivar na prática educativa um trabalho que de fato reconheça nosso histórico e seja agente de mudança educacional e social não é tarefa fácil.

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo analisar as contribuições da formação continuada para a implementação de práticas pedagógicas antirracistas em um Centro de Educação Infantil (CEI) vinculado à SME de Campinas, a partir da experiência relatada pelos professores que atuam nesta unidade educacional.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreender o impacto da formação continuada na prática pedagógica antirracista, é fundamental recorrer a autores que problematizam o racismo estrutural e as dinâmicas de reprodução das desigualdades raciais. Djamila Ribeiro (2019), Silvio Luiz de Almeida (2018) e Lélia Gonzalez (1988) oferecem aporte para que possamos pensar sobre o tema.

Djamila Ribeiro, em “Pequeno Manual Antirracista”, destaca que o combate ao racismo exige ação constante e posicionamento ativo. Para ela, “não basta não ser racista, é necessário ser antirracista”. Essa concepção precisa se tornar clara no contexto escolar, em que a omissão frente às desigualdades também reforça as práticas discriminatórias.

Silvio Luiz de Almeida, por sua vez, elabora o conceito de racismo estrutural, demonstrando que o racismo é uma engrenagem que sustenta a ordem social,



permeando instituições, leis e práticas cotidianas. No campo educacional, isso implica reconhecer que políticas e currículos podem reproduzir exclusões, mesmo sem intenção explícita.

Lélia Gonzalez introduz o conceito de amefricanidade, propondo uma leitura que valoriza as heranças culturais africanas e afrodescendentes na formação do Brasil. Sua obra enfatiza que o racismo brasileiro atua pela negação e silenciamento, sendo necessário tornar visíveis as vozes e experiências negras na educação.

Baseada neste referencial teórico, a análise dos relatos de experiência do professores do CEI estudado contribuirá para comprovar que a formação continuada se estabelece como a principal ferramenta para capacitar o corpo docente a fim de romper com as práticas tradicionais, permitindo que a escola se torne uma propagadora do combate à exclusão e à discriminação racial.

METODOLOGIA

O estudo adota uma abordagem qualitativa, focada na escuta e análise dos relatos de professores para compreender o impacto das ações formativas na prática pedagógica. A metodologia seguiu os seguintes passos:

A pesquisa foi realizada em um Centro de Educação Infantil, que atende a Educação Infantil na Rede Municipal de Campinas. A unidade possui 12 turmas, sendo duas delas de agrupamento 1 (AG 1 – atende bebês) ; quatro de agrupamento 2 (AG 2 – atende a crianças pequenas); e, seis turmas de agrupamento 3 (AG 3 – atende crianças na faixa etária de três anos e meio a seis anos) . Os professores que contribuíram para o diálogo foram os de AG 3.

Os sujeitos da pesquisa foram seis professores, aqui nomeados de P1, P2, P3, P4, P5 e P6, que responderam a perguntas sobre a trajetória de sua formação profissional. A escolha deste grupo se deu pela necessidade de averiguar a hipótese de que a prática da educação ocorrida na rotina pedagógica tem sido instigada pelas formações e diálogos nos espaços coletivos, sendo que a faixa etária das crianças com as quais estes profissionais trabalham, permite uma maior gama e flexibilidade de atividades dentro da rotina de sala de aula.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando que a SME há anos tem investido em formações sobre diversidade étnica para os profissionais da educação, para investigar se isso tem influenciado na rotina de sala de aula, uma entrevista semiestruturada foi elaborada para instigar o diálogo e sondar sobre a trajetória formativa e prática de cada participante.

O participante P1 ingressou como professor da educação infantil em 2018 na UE, sendo este seu único local de trabalho em sala de aula. Anteriormente trabalhava na área administrativa de outra escola. Este professor relata que o que o instigou a trabalhar com as questões raciais com as crianças foram as formações que teve desde que ingressou em seu cargo atual na rede municipal.

O P2 chegou nesta UE em 2022, mas já leciona há 10 anos. Nas outras escolas em que trabalhou, unia a discussão étnico-racial com a prevenção ao bullying, visto que trabalhava com turmas do Ensino Fundamental. P2 ressalta que se tratavam de escolas periféricas, com uma comunidade composta majoritariamente por pretos e pardos, se fazendo muito necessário abordar o tema, visto que os estudantes constantemente eram vítimas de racismo. P2 confirma que as formações das quais participou contribuíram para seu conhecimento pessoal e principalmente com proposições de práticas pedagógicas. Afirmar que em seu trabalho com a identidade das crianças contempla as questões da racialidade.

Também em 2022 P3 chegou à UE, mas já havia trabalhado 9 anos como docente. Este profissional traz a experiência de que já na faculdade se deparou com a necessidade de estudar e entender as dinâmicas raciais. Relatou uma experiência marcante ainda quando realizada o estágio supervisionado da graduação: presenciou crianças que, ao desenharem seu autorretrato se representavam como pessoas loiras, mesmo tendo cabelos escuros e cor de pele diferente de diferentes tonalidades. Por isso, hoje, ao trabalhar a identidade com suas turmas, sempre se atenta ao diálogo e ao oferecimento de material adequado, como lápis de cor com vários tons de pele. Sobre a formação, P3 comenta que, embora acredite ser de suma importância, as ações



formativas proporcionadas pela SME têm se tornado repetitivas, o que acarreta em uma participação desmotivada, sendo necessário avançar nas próximas discussões.

P4 já está na educação há 15 anos, ingressou na rede municipal de Campinas em 2022, e veio para o CEI em 2023. Relata que há uma diferença marcante entre o trabalho desenvolvido em outras redes e o que realizamos na SME de Campinas. Segundo o profissional entrevistado, outras redes trabalham muito pouco tais questões e não há o mesmo investimento em formações. Afirma ainda que em nossa rede as formações e discussões instigam o trabalho antirracista em sala de aula. P4 comentou ainda que durante sua graduação a temática não foi abordada, e que o estudo do tema foi um interesse pessoal e uma necessidade profissional sua.

Já o participante P5 tem 30 anos de magistério e disse que sempre trabalhou com esta temática, mas de maneira diferente. Relata que na década de 90 não se falava muito sobre racismo, tanto que ninguém parava para analisar as letras das marchinhas de carnaval por exemplo. Relata ainda que algumas pessoas próximas, como familiares mais velhos, eram abertamente racistas, não se importando em proferir frases ofensivas ou de declarar abertamente sua repulsa por pessoas de outras etnias, mas que nos últimos anos, tem notado uma mudança positiva na sociedade.

P5 trabalhou alguns anos na rede privada, mas sua carreira se deu majoritariamente na rede municipal de Campinas. Nota que havia diferença entre as redes privadas e públicas na forma de tratar as questões étnico-raciais, e mais especificamente a partir do ano de 1998 o debate a esse respeito começou a suscitar nas escolas, mas de uma maneira diferente da que tratamos hoje. Lembrou que ao se tratar dos povos indígenas ainda se referiam a eles como índios, e as crianças eram caracterizadas e dançam uma música da Xuxa para comemorar o dia do índio. P5 afirma que as formações do MIPID ajudaram a rever seus conceitos e sua forma de trabalhar.

Um evento que trouxe impacto para a forma que P5 vê a temática racial nas escolas foi uma atividade que fez com uma de suas turmas por volta do ano 2000. Ao trabalhar a identidade com as crianças, entregou um espelho para que elas se olhassem,



e, uma das crianças começou a chorar pois não gostava do que via no espelho, não gostava do seu tom de pele. Esse fato instigou que ela passasse a trabalhar sempre buscando fortalecer a autoestima das crianças.

Hoje P5 prefere trabalhar as questões étnico-raciais por meio da literatura e do diálogo durante as rodas de conversa. Utiliza materiais como fotografias impressas, ilustrações, lápis com os tons de pele e músicas.

Por fim, o participante P6, que trabalha na educação desde 2009, chegou nesta UE em também em 2022. P6 relata que em sua antiga escola não havia um trabalho sistematizado sobre questões étnico-raciais, haviam atividades esporádicas e esparsas, mesmo que a antiga equipe tendo participado de algumas formações com MIPID, não foi o suficiente para que se estruturasse uma prática de grupo. Agora, estando no atual CEI, a temática é abordada todos os anos, principalmente porque ela faz parte do Projeto Pedagógico da escola.

Outro fator relevante trazido por P6, é a percepção de que a comunidade é etnicamente variada, sendo necessário que as crianças entendam e respeitem as diferenças. Sobre as formações, P6 afirma que são importantíssimas para o aporte teórico dos profissionais, e que reflete diretamente na sua prática em sala de aula, mas também faz o apontamento de que às vezes são um pouco repetitivas.

Estes relatos de experiências anteriores à vinda destes profissionais para a rede municipal de ensino nos ajudam a refletir sobre como a formação continuada é importante e auxilia na superação de práticas tradicionais e a transformação do trabalho no cotidiano. Em alguma medida, os profissionais entrevistados tiveram contato com situações envolvendo racismo nas escolas, e, ainda que não houvesse uma problematização sobre a questão, visto que as discussões se intensificaram recentemente.

Para esses profissionais, ficou evidente em seus depoimentos, que ao longo de suas trajetórias que as relações sociais e raciais precisavam ser repensadas em todas as etapas da educação. No entanto, na educação infantil, o tema costumava ser ainda mais



secundarizado, uma vez que outras temáticas ganhavam centralidade, deixando em segundo plano a reflexão sobre o fato de que, desde muito cedo, as crianças já vivenciam o racismo estrutural, formas veladas ou mesmo violentas de racismo e exclusão.

A partir dos relatos e na forma como tem sido inserida a discussão sobre as relações étnico-raciais no fazer pedagógico, verificamos que passos importantes foram dados, porém ainda há muito o que caminhar. A educação antirracista precisa ser construída diariamente, com esforços de todos e, ainda que alguns profissionais relatem certa repetição nas discussões, a retomada deve ser constante, visto que novos profissionais iniciam suas carreiras sem terem podido refletir em seus cursos de graduação o quanto a escola pode trazer em si o reflexo de uma sociedade excludente e desigual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos relatos dos docentes confirma a hipótese de que a formação continuada desempenha um papel significativo e transformador na prática pedagógica voltada para a Educação Antirracista.

Verificou-se ainda que, em alguma medida, os profissionais entrevistados tiveram contato com situações envolvendo racismo nas escolas. Evidenciou-se também que antes da participação em cursos e palestras focados na temática, o trabalho dos professores era esparso e pouco estruturado. A formação continuada por meio das ações da SME e do MIPID, auxiliou na superação dessas práticas tradicionais e contribuiu para a sistematização e o engajamento de todo o corpo docente.

A principal transformação reside no abandono da prática restrita a datas comemorativas, como o citado dia do índio, e, passando para uma abordagem contínua do tema outrora deixado em segundo plano, focada no fortalecimento da identidade racial das crianças. A aquisição de materiais pedagógicos adequados e o uso de literatura e diálogo em rodas de conversa são exemplos concretos dessa mudança.

Por fim, apesar de alguns profissionais relatarem certa repetição nas discussões, o estudo conclui que a retomada da pauta deve ser constante, pois a educação



antirracista exige esforços permanentes para desconstruir o racismo estrutural que marca a sociedade. O desafio futuro da Rede de Campinas é aprofundar as discussões, garantindo que a formação continuada se renove para manter o impacto transformador nas práticas pedagógicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018. Disponível em: https://inegalagoas.org/wp-content/uploads/2020/04/almeida-silvio_-o-que-c3a9-racismo-estrutural_-2-pc3a1ginas-1-17.pdf. Acesso em: 29 de out. de 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

CAMPINAS. Prefeitura Municipal. Departamento Pedagógico. **Comunicado DEPE nº 02/2024**, de 26 de janeiro de 2024. Campinas, 2024. Disponível em: <https://sites.google.com/educa.campinas.sp.gov.br/site-naed-noroeste/documentos-oficiais/comunicados-depe#h.xvr756aodan>. Acesso em: 29 out. 2025.

_____. **Programa Memória e Identidade: Promoção da Igualdade na Diversidade (MIPID)**. Secretaria Municipal de Educação. Disponível em: <https://educa.campinas.sp.gov.br/programa/programa-memoria-e-identidade-promocao-da-igualdade-na-diversidade-mipid>. Acesso em: 29 out. 2025.

FRANÇA, Angela Maria Borges de. **A implementação do Programa de Formação: Memória e Identidade Promoção da Igualdade na Diversidade (MIPID) em Campinas**. 2025. 1 recurso online (82 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: 20.500.12733/32056. Acesso em: 29 out. 2025.



GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: Lélia Gonzalez. **Primavera para as rosas negras**. São Paulo: Zahar, 2020. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/<https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>. Acesso em: 29 out. 2025.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOUZA, Roberta Bandeira de. **Dois contribuições de Lélia Gonzalez para a consolidação de um feminismo decolonial e antirracista**. *Trans/formação*, v. 47, n. 2, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/yzjN4RyzmBJfDQv4qY3TQLm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 out. 2025.

